

1 Introdução

O objetivo desta dissertação consiste em entender as transformações sofridas pela historiografia da escravidão nos últimos anos. Estas transformações podem ser resumidas como um movimento de fragmentação do conhecimento histórico e de questionamento da possibilidade de uma explicação objetiva da realidade histórica. Procuramos mostrar como este debate – que não constitui uma especificidade da historiografia brasileira, podendo ser pensado como parte de um processo mais amplo de abandono e negação das teorias totalizantes da história – tomou forma nos trabalhos sobre a escravidão. Confrontamos então autores de distintas gerações, procurando identificar as diferenças teóricas a partir das quais alguns procuram estabelecer marcos divisórios entre “novas” e “velhas” abordagens sobre este tema.

Como um primeiro conjunto de autores, trabalhamos com as análises de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, nos quais identificamos a questão da **coesão social**, pensada a partir de uma preocupação em definir a especificidade da nação brasileira, de forma a explicar a sociedade contemporânea. Vemos, assim, que os três autores se caracterizam por se debruçarem sobre o processo de formação da nação brasileira, construindo uma visão do passado capaz de explicar o presente e fundamentar uma determinada prática política. A exposição da primeira parte foi organizada de modo a explicitar continuidades e descontinuidades desta historiografia em relação à produção atual, o que nos levou a finalizá-la com a apresentação de Gilberto Freyre.

As obras aqui analisadas foram selecionadas segundo dois critérios: sua importância no conjunto da produção de cada autor e o desenvolvimento da questão que norteia esta dissertação, acima apresentada.

Assim, no caso de Oliveira Vianna, nos concentramos no livro *Populações meridionais do Brasil* (1922) e, secundariamente, em *Instituições políticas brasileiras*, nos quais a formação da nação brasileira é trabalhada à luz das relações entre o movimento de centralização do Estado e o poder político

localmente organizado sob o domínio de grandes proprietários – os “clãs”, que constituiriam um obstáculo ao processo de modernização nacional. Neste autor, encontramos um projeto de civilização nos trópicos para o Brasil, dando continuidade a algumas premissas da produção historiográfica do século XIX, expressas, por exemplo, pelos intelectuais do IGHB e pela literatura romântica, ou, ainda, pelo realismo naturalista de fins do século, com sua visão racista e evolucionista da realidade.

A crença na superioridade racial do branco, a preocupação em definir o caráter da sociedade brasileira – que permite incluir aqui o romantismo – e a crença no progresso rumo ao modelo de civilização representado pelas nações européias são aspectos destas correntes que podem ser encontrados nos trabalhos de Oliveira Vianna. Neste sentido, podemos estender para este autor as afirmações Ilmar Mattos acerca da historiografia nascente no século XIX, de base conservadora, à qual

... Coube também a tarefa de fixar temas, cristalizar noções e difundir imagens. Assim, os acontecimentos do Período Regencial, ao insistirem em contrariar um ‘desenvolvimento natural’ (isto é, período colonial – Reino Unido – emancipação política – Estado nacional centralizado e território unificado), devem ser entendidos como ‘ilógicos’, expressão de uma ‘crise’ (ou seja, de um perigo) que deverá ser superada para que o destino nacional se possa cumprir. A integridade do território, a unidade nacional e a centralização político-administrativa (temas recorrentes na Historiografia sobre o Império) correspondem, já o vimos, à segurança da base territorial.¹

A seguir, passamos por *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, em que a produção da nação e da nacionalidade é pensada a partir da herança lusitana, figurando a questão da cultura no primeiro plano da análise aí empreendida. Aqui, o problema da **coesão social** ganha novas cores, a partir do momento em que não são mais as forças centrípetas dos clãs rurais se apresentam como obstáculos à unidade nacional, mas a cultura brasileira e os tipos sociais engendrados no processo colonizador, marcados por um extremado individualismo lusitano que se opõe ao estabelecimento da democracia na medida em que cria a necessidade de um governo autoritário capaz de subordinar estes homens que valorizam sua autonomia e individualidade.

De Caio Prado, é analisado *Formação do Brasil contemporâneo*, texto clássico em que o autor formula a idéia do “sentido da colonização”, que viria a atravessar o debate histórico dos anos 1960-70. Neste texto, nos interessa

¹ MATTOS, Ilmar Rholoff de. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994, p. 120

especialmente a forma como as diversas esferas da atividade do homem – da economia à cultura – são analisadas e articuladas, assim como o prosseguimento dado a esta perspectiva na produção de autores como Otávio Ianni, Celso Furtado e Fernando Novais, que mais tarde propõem uma explicação da história brasileira a partir de suas relações com o mercado mundial e com o processo de expansão do capitalismo na Europa. Trabalhamos, assim, com o artigo de Otávio Ianni, “Capitalismo e escravidão”, com o livro de Furtado, *Formação econômica do Brasil* e com a tese de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*.

A seguir, apresentamos o conceito de “modo de produção escravista colonial”, elaborado por Ciro Cardoso e Jacob Gorender, a partir do qual os autores pretendem identificar a lógica interna de reprodução da ordem escravista, em oposição à perspectiva que enfatiza sua subordinação ao processo externo de desenvolvimento do capital mercantil europeu. De Ciro Cardoso, optamos por trabalhar com diversos artigos em que o autor formula suas críticas ao conceito de “capitalismo comercial” e nos quais conceitua o referido “modo de produção escravista colonial”. Procuramos, também, expor sua idéia de brecha camponesa, dado que esta questão se encontra, atualmente, na pauta da discussão sobre a escravidão brasileira. Para isso, complementamos a leitura desses artigos com a apresentação de suas posições revistas no livro *Escravo ou camponês*.

Já a discussão dos textos de Jacob Gorender centra-se nos livros *O escravismo colonial*, texto em que o autor elabora uma espécie de economia política da escravidão, procurando analisar o conjunto das relações engendradas pelo escravismo, sintetizadas no conceito de **modo de produção escravista colonial**; e *A escravidão reabilitada*, no qual o autor dialoga com o que ele denomina “pretensa nova história”. A apresentação de suas idéias perpassa vários momentos do texto, numa exposição que busca explicitar as diferenças entre sua perspectiva e a história recentemente produzida sobre o assunto.

Na segunda parte, que se refere justamente a esta “nova” história, procuramos identificar os argumentos que justificam essa adjectivação. As críticas à historiografia precedente e a proposta de um novo tratamento do ser escravo constituem os eixos de nossa análise. Os textos escolhidos consistem, então, em trabalhos em que estas críticas / propostas são formuladas. Não pretendemos dar conta da totalidade da historiografia recente, centrando-nos nos autores que

defendem, em oposição à história produzida até os anos 1970, uma perspectiva que tome o escravo como um sujeito ativo e/ou autônomo no processo histórico.

Obedecendo a estes critérios, analisamos as propostas de Sidney Chalhoub, historiador da UNICAMP, em *Visões da liberdade*, em que o autor defende a autonomia da consciência do escravo frente à relação de escravidão. Como veremos, a autonomia escrava foi defendida por outros historiadores, como Maria Helena Machado e Ligia Bellini. A partir da análise do trabalho de Sheila de Castro Faria, *Colônia em movimento*, identificamos o empiricismo decorrente de uma perspectiva que, a partir da negação de uma determinação sobre a vida dos cativos, considera pesquisa e teorização dois momentos distintos da produção do conhecimento histórico. Discute-se, ainda, como, nos trabalhos de Sílvia Lara e Eduardo Silva, da afirmação do papel ativo do escravo, decorre a concepção da escravidão como um acordo entre senhores e escravos.

O objetivo de tal exposição consiste em demonstrar como, através da crítica a uma concepção totalizante da história – presente nos autores da primeira parte do texto – e através da incorporação das propostas de algumas vertentes atuais da historiografia internacional, um determinado grupo de historiadores procura afirmar uma nova história da escravidão, considerando caducos os estudos até então realizados. Nossa hipótese é a de que estas mudanças interpretativas representam a passagem de uma história da *sociedade escravista* para as múltiplas histórias do *ser escravo*. Assistimos, assim, à transição de uma história que pensava o escravo como um ser social, entendido a partir das relações historicamente construídas em que se encontrava imerso, ou seja, como parte de uma *totalidade contraditória*, para uma história que toma o indivíduo como um ser supra-histórico, autodeterminado, procurando na subjetividade a singularidade histórica. Neste giro produz-se uma visão naturalizada do sujeito escravo, uma vez que se desvincula sua subjetividade das condições objetivas, exteriores ao indivíduo, de sua produção enquanto ser social.

Neste debate vemos reaparecerem interpretações que, apesar de serem apresentadas como uma novidade por seus formuladores, nos remetem a antigas discussões sobre a produção do conhecimento histórico. Ao longo do século XIX, produziu-se intenso debate acerca do objeto da história e das possibilidades e limites da produção do conhecimento histórico. No campo filosófico, a discussão entre idealistas e materialistas colocava em questão o papel do sujeito na produção

do conhecimento, indagando até que ponto a lógica identificada no processo histórico refletiria a realidade e até que ponto seria uma criação do sujeito que conhece. Já o romantismo reclamava a necessidade de se atentar para as especificidades culturais dos povos e das nações em oposição à história universal da civilização proposta pelo pensamento ilustrado. Nas últimas décadas deste século, nos desdobramentos do historicismo romântico, encontramos no neokantismo de Heinrich Rickert a afirmação de que a multiplicidade da realidade empírica é inabarcável em sua totalidade. Esta reflexão sobre o objeto da história, sobre o estatuto da realidade histórica – se fragmentada ou se uma totalidade articulada – e sobre o grau de interferência da subjetividade na produção do conhecimento, ganhou diversos matizes neste período, estendendo-se ao século XX. No século passado, este mesmo argumento foi proferido por Max Weber, que via a realidade como um movimento constante, um “caótico curso de eventos que flui através do tempo”², sendo os nexos explicativos e as relações de causalidade estabelecidos quase que arbitrariamente pelo cientista social, não correspondendo objetivamente à realidade caótica.

Atualmente, essa visão fragmentária vem se difundindo entre os historiadores da escravidão que, no entanto, no afã de parecerem novidade, nem sempre remetem às formulações originais. O reconhecimento do caráter fragmentário da realidade, porém, pode levar a conseqüências muito distintas: por exemplo, pode-se deduzir daí que o historiador, para se manter fiel à realidade, deve-se ater à análise de cada uma das múltiplas facetas do objeto social; ou pode levar à afirmação da impossibilidade de se produzir um conhecimento objetivo, verdadeiro. Na recente história da escravidão, apesar de predominar a primeira posição, em alguns casos ambas as formulações vão reaparecer, compondo um conjunto contraditório em que se justapõem elementos de concepções distintas da história, tomadas a-criticamente por estes historiadores. Isto pode ocorrer porque, muitas vezes, os pressupostos dos quais partem em suas análises não são sistematicamente formulados e enunciados, uma vez que a reflexão teórica não se afigura mais como necessária à produção do conhecimento. Pelo contrário, parece que as longas e cansativas exposições conceituais tornariam a leitura pesada, filosófica demais, tornando estes historiadores demasiadamente parecidos com

² WEBER, Max. “A ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais”. In: COHN, Gabriel (org.). *Sociologia*, São Paulo: Ed. Ática, 2^a ed., 1982, p. 126

aquilo de que pretendem se diferenciar – a historiografia que os precedeu.

Se por um lado os postulados destes historiadores não são originais ou novos, por outro, o que estes historiadores da escravidão vêm fazendo certamente se diferencia da produção anterior, constituindo um momento singular na historiografia da escravidão. Ao tomarem a produção anterior como algo homogêneo e considerarem-na em seu conjunto uma historiografia superada, estes historiadores abstraem o fato de que as possibilidades de produção do novo nascem no velho e não seguem uma linha evolutiva linear. Sendo assim, o que vem depois não é necessariamente superior àquilo que o precedeu, nem se constitui independentemente do que foi produzido antes, mas surge a partir de uma relação dialética com aquilo que se pretende negar. Até o momento, o antagonismo da “nova” história da escravidão às concepções predominantes até os anos 1970 não fez mais do que inverter seus pólos: em lugar da história da sociedade escravista, busca-se reconstituir as histórias do ser escravo; em lugar de uma perspectiva totalizante, valoriza-se o olhar antropológico, cultural; em lugar da objetividade, a subjetividade.

Neste deslocamento, opera-se uma certa confusão conceitual. Estes historiadores vêem no indivíduo a manifestação das formas singulares de ser, e a subjetividade, vista de forma individualizada, aí aparece como o lugar da singularidade histórica. Com isso, abstraem que a produção da subjetividade é uma produção social; ao desvincularem o sujeito do conjunto de suas relações sociais, apagam de suas análises as condições históricas da subjetividade. Esquecem assim que o indivíduo é uma forma de ser histórica e social, e uma forma de ser que, apesar de sua aparente autonomia, surge numa época em que o grau de interdependência entre os indivíduos aumenta vertiginosamente. Sobre a historicidade do conceito de indivíduo, Marx lembra que “somente no século XVIII, na ‘sociedade burguesa’, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior”³. E acrescenta que supor um indivíduo isolado ou fora da sociedade seria tão absurdo como supor o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si. Para reintroduzir o sujeito na

³ MARX, Karl. “Introdução [à crítica da Economia Política]”. In: *Manuscritos econômico filosóficos e outros textos escolhidos*, col. *Os pensadores*, 2.ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 104.

história, como pretendem os corifeus da novidade, não basta identificar em diversos momentos da história as múltiplas formas de manifestar-se de um indivíduo natural; é preciso mostrar como este sujeito se produz historicamente.